



## Plenário aprova proposta que dá mais autonomia a partidos

Projeto, que retorna para a Câmara, dá liberdade para organização interna e movimentação financeira das legendas. Também anistia a multa de quem não gastou a cota destinada a participação feminina

Com modificações, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto que dá mais autonomia na organização interna, no estabelecimento de cronogramas eleitorais e na movimentação financeira dos partidos políticos. A proposta volta para a análise dos deputados.

Pela manhã, o relatório do senador Marcos Rogério foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto também proíbe a rejeição de contas e garante anistia de multa aos partidos que não gastaram a cota de 5% de recursos

com programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Outra novidade é que os órgãos partidários municipais sem movimentação financeira ficarão desobrigados de enviar várias declarações e demonstrativos à Secretaria da Receita Federal.

A principal mudança no texto feita pelos senadores foi a redução, em relação à proposta original, do prazo máximo de duração dos órgãos provisórios para dois anos. Pelo texto da Câmara, o prazo poderia se estender por oito anos. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

No Plenário, senadores reduziram de oito para dois anos o prazo máximo de duração dos órgãos provisórios de partidos

**Debatedores pedem mais prazo a cadastro rural **8****

**Destino de recursos do leilão do pré-sal não está definido **6****

**Relator quer acordo em texto sobre Entorno do DF **4****

**Fim de acordo sobre base de lançamentos vai à promulgação**

O Senado aprovou a medida que extingue acordo firmado entre Brasil e Ucrânia, em 2003, para exploração da base de lançamento

de foguetes e satélites em Alcântara, no Maranhão. A MP também determina que a União suceda a empresa binacional. **3**

### Decisão sobre CPI dos Tribunais será do Plenário

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que levará a Plenário a recomendação da Comissão de Constituição e Justiça de arquivar o pedido de criação da Comissão Parlamentar

de Inquérito dos Tribunais Superiores. Ainda não há data marcada para colocar o recurso em votação.

Também ontem senadores cobraram uma postura da Casa em relação ao inquérito

aberto no Supremo Tribunal Federal para investigar críticas a membros da Corte e deram apoio a pedido de impeachment dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes por abuso de poder. **5**

**Medida prevê realocação de ex-funcionários da Infraero**

Aprovado ontem em comissão mista, o relatório de Flávio Bolsonaro sobre a MP que criou a Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. garante que, em caso de extinção ou privatização da Infraero, funcionários celetistas poderão ser reaproveitados em outros órgãos. **7**

**Ministro defende parcerias com setor privado para saneamento**

Em audiência sobre a MP que atualiza o marco legal de saneamento básico, Gustavo Canuto, do Desenvolvimento Regional, afirmou que o setor público não tem recursos suficientes para arcar com todo o investimento para universalizar os serviços de água e esgoto no país. **4**

Dorival Marinho



Inquérito aberto pelo presidente do STF tem sofrido resistência do Ministério Público e de ministros do próprio Supremo

## SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em [www.senado.leg.br/simplificou](http://www.senado.leg.br/simplificou)

# Debate: Congresso deve se aproximar da população

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre desafios para a representatividade da sociedade na política, convidados disseram que o Parlamento precisa tratar das particularidades de cada povo

OS DESAFIOS PARA a representatividade da população na política foram tema de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A reunião foi presidida pela senadora Zenaide Maia (Pros-RN).

Um dos participantes, o frei David Santos, disse que os brasileiros se sentem traídos pela classe política e, embora tenha havido uma renovação da representatividade nas eleições de 2018, a política ainda carece de aperfeiçoamentos.

— A sociedade brasileira decidiu dar uma rasteira em políticos desonestos. Basta ver, aqui no Senado e na Câmara, quantos tradicionais não foram reeleitos, mesmo tendo tremendo poder financeiro. Isso também se deve a um fenômeno novo, que é o despertar mais intenso da consciência de pertencimento do povo negro.

A jornalista da TV Cultura Joyce Ribeiro questionou até que ponto a opinião do eleitorado é levada em consideração pelos políticos e disse que a chave para o sucesso de todas as decisões é o estreitamento das relações entre esses dois grupos.

— Garantir essa representação contínua e essa inserção institucional, para mim, é o grande desafio da nossa sociedade.

Para a deputada Áurea Carolina (Psol-MG), o Parlamento



Viviana Santiago, Joyce Ribeiro, Zenaide Maia, frei David e Áurea Carolina

ainda é distante da maioria da população justamente pelo tratamento das particularidades de cada povo.

— Não é apenas trazer mais mulheres, mais pessoas negras, mais indígenas para as instituições, mas qualificar as agendas políticas de acordo com as necessidades dessas populações.

## Criminalização

Zenaide criticou a “criminalização da política” por alguns setores da sociedade.

— Tratar política como crime é um grande problema porque, se criminalizam as políticas, imaginem o que se faz às minorias da nossa sociedade.

Favorável a candidaturas avulsas, o senador Styvenson Valentim (Pode-RN) questionou o tipo de democracia que é exercida no Brasil, já que a maioria das pessoas não tem

liberdade de escolha.

— Estou aqui para falar a realidade, mas não para desestimular. Então, digo aos jovens que busquem a política, para que possamos quebrar a hegemonia familiar, oligárquica e coronelista que ainda existe no Brasil, a fim de aperfeiçoarmos nossa democracia.

Já o senador Flávio Arns (Rede-PR) disse que é possível fortalecer a representatividade por meio de um trabalho conjunto com as pessoas que se interessam pela política. Ele ressaltou, no entanto, que tudo leva tempo, porque depende de um processo adequado de educação com vistas à mudança de cultura.

— Essa modificação de pensamento precisa acontecer da maneira mais rápida possível, e um debate como este é um ótimo espaço para acolhermos sugestões.

# Proposta do governo permite ensino domiciliar

O projeto de educação domiciliar apresentado pelo governo Jair Bolsonaro e que será enviado ao Congresso deverá ser examinado em conjunto com pelo menos outras duas propostas do Senado — o PLS 490/2017 e o PLS 28/2018, ambas de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

A proposta do Executivo dará entrada pela Câmara e, caso seja aprovada, seguirá para exame no Senado.

O texto do Executivo cria uma “plataforma virtual” em que os pais ou responsáveis matricularão os filhos em um sistema a ser hospedado no Ministério da Educação. A educação domiciliar poderá ser adotada desde o ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) até o último ano do ensino médio (que tem três anos de duração). Anualmente, os jovens farão uma única avaliação para comprovar seu aprendizado.

Líder do governo no Senado, Bezerra defende o ensino domiciliar como uma “opção

aos pais e responsáveis”.

— Outros países que têm essa experiência convivem muito bem. Evidentemente, com alguns critérios para avaliação. E a criança não pode ter prejuízos na sua avaliação.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Demo é crítico em relação às propostas, pois avalia que somente pais com melhores condições econômicas poderão dar todos os conteúdos necessários nos currículos.

Tanto o texto do Executivo



Líder do governo, Bezerra também apresentou dois projetos sobre o tema

como os dois projetos do Senado agem em duas frentes: na primeira, descriminalizam o ensino domiciliar, que é proibido tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como pelo Código Penal. Na segunda, criam mecanismos para o MEC regular esse tipo de educação.

## Direito

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, afirmou que o ensino em casa é um direito das famílias.

— Nós entendemos que é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos. Então, a iniciativa sai deste ministério sob esta vertente. É uma questão de direitos humanos também — afirmou.

A fala da ministra, que esteve no Senado em 21 de março, foi uma resposta ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 12 de setembro de 2018, decidiu que não seria aceitável o ensino domiciliar no país.

# Comissão analisa centros de desenvolvimento regionais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) faz hoje a primeira reunião de trabalho para sistematizar a avaliação dos centros de desenvolvimento regionais. Em seguida, os senadores fazem reunião deliberativa.

Os centros fazem parte de um projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo

Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes).

Segundo Izalci Lucas (PSDB-DF), que apresentou o requerimento para avaliação dessa política pública pela CDR em 2019, desde 2017 foram criados centros desse tipo em Campina Grande (PB), Itapeva (SP), Bagé (RS) e no Distrito Federal e Entorno. O projeto prevê até 1,5 mil centros no país.

# Humberto: Congresso deve manter aumento real do salário mínimo

O Congresso vai derrubar a proposta do governo de não conceder aumento real ao salário mínimo, afirmou Humberto Costa (PT-PE). O senador disse que a proposta do governo de Jair Bolsonaro, constante no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de corrigir o valor apenas pela inflação do ano anterior medida pelo INPC, encerra a política de ganho real para os reajustes do mínimo. Atualmente, a lei determina a correção pela inflação do ano anterior somada à média de crescimento do PIB dos dois anos anteriores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Veneziano critica projeto de reajuste do salário mínimo

A nova forma de reajuste do salário mínimo sugerida pelo governo no projeto da LDO é um retrocesso, segundo Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

— O aumento real foi conquistado com grandes dificuldades e depois de lutas incessantes para uma política efetiva e legalmente prevista de valorização do salário mínimo no país. Que não seja alterada por arroubos, por improvisos ou simplesmente por perversa disposição de uma linha condutora de uma política econômica, adotada para ser revista — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Política pública**  
9h Definição de política pública a ser avaliada. Depois, pauta de 13 itens.
- CCT Redes elétricas inteligentes**  
9h Entre 22 itens, o PLS 356/2017, que incentiva a criação de redes elétricas inteligentes.
- CDR Centros de desenvolvimento**  
9h Análise do plano de trabalho da política pública de centros de desenvolvimento regional. Depois, 10 itens.
- MP 870/2019 Ministérios**  
9h Análise do plano de trabalho e de requerimentos.
- CRE Mulheres no serviço militar**  
10h O PLS 213/2015, que prevê mulheres no serviço militar, é um dos 9 itens da pauta.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
11h Sessão de discursos dos senadores e avisos da Mesa.
- CRA Pedido de debate**  
11h Análise de requerimento para realização de audiência pública sobre a cidade de Bonito (MS).
- REGULACÃO FUNDIÁRIA Subcomissão**  
11h15 Instalação e eleição.
- MP 871/2019 Fraudes previdenciárias**  
14h Análise do plano de trabalho e de requerimentos.
- MP 869/2018 Dados pessoais**  
14h30 Audiência pública. Entre os convidados, representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar, da Fundação Oswaldo Cruz e da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Aprovada mais autonomia a partidos políticos

Projeto, que volta para a Câmara, também anistia de multa as legendas que não gastaram a cota de 5% de recursos com programas sobre a participação política da mulher

O PLENÁRIO APROVOU ontem, com modificações, o projeto que altera, na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096, de 1995), regras referentes à prestação de contas das legendas, dando a elas mais autonomia em sua organização interna e movimentação financeira. O PL 1.321/2019 volta agora para nova análise da Câmara.

Mais cedo, o texto havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O parecer com voto favorável do relator, Marcos Rogério (DEM-RO), foi analisado em uma reunião extraordinária convocada pela presidente do colegiado, Simone Tebet (MDB-MS).

Do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), o projeto garante aos partidos políticos liberdade para movimentações financeiras, para estabelecer cronogramas eleitorais e para definir o prazo de duração dos mandatos de dirigentes e de comitês provisórios. A proposta proíbe a rejeição de contas e garante anistia de multa às agremiações que não gastaram a cota de 5% de recursos com programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Também desobriga órgãos partidários municipais sem movimentação financeira de enviar várias declarações e demonstrativos à Secretaria da Receita Federal do Brasil e dispensa a inscrição dos dirigentes partidários no Cadin, banco de dados com nomes de pessoas físicas e jurídicas com débito na administração

pública federal.

Os senadores promoveram algumas alterações de redação, mas a principal mudança se refere ao prazo de órgãos provisórios dos partidos políticos.

Originalmente, a proposta fixa em oito anos o prazo máximo de duração dos órgãos provisórios das legendas, que são representações temporárias mantidas até que eventualmente haja a constituição regular de um diretório. Considerando a iniciativa um exagero, o senador Lasier Martins (Pode-RS) apresentou emenda em Plenário para reduzir o prazo de oito para dois anos. Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por exemplo, um prazo tão longo para algo provisório seria “a perpetuação do caciquismo político dentro das legendas”.

## Acordo

A emenda foi acatada pelo relator, o que contribuiu para acordo entre os líderes. Mesmo assim, diversos senadores declararam voto contrário à proposta. Outra emenda acatada pelo relator, de Wellington Fagundes (PR-MT), trata do direito dos partidos de pedirem à Receita a reativação da inscrição de órgãos partidários municipais que não prestaram contas por não terem movimentação financeira nem arrecadação de bens.

Já uma emenda apresentada pelo Podemos foi rejeitada por 36 votos a 16. O objetivo era cancelar a anistia — também constante no projeto — a par-



Senadores diminuíram em Plenário o limite de funcionamento dos órgãos provisórios dos partidos para dois anos

tidos políticos que receberam doações de servidores públicos filiados.

Major Olimpio (PSL-SP), Eduardo Braga (MDB-AM) e Humberto Costa (PT-PE), que são líderes de seus partidos, defenderam a proposta. Segundo eles, é dever do Congresso legislar sobre o assunto, que não poder ser regido por norma editada pela Justiça Eleitoral.

## Diretórios

O projeto tem por objetivo dar fim nas disputas entre as legendas e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2016, por exemplo, o TSE determinou que todos os órgãos internos dos partidos sejam permanentes. O texto aprovado permite a duração de comitês provisórios por até dois anos e proíbe a extinção automática dos órgãos.

Ainda pelo projeto, as comissões provisórias são representações temporárias,

até que eventualmente haja a constituição regular de um diretório, com a eleição interna na agremiação. Cabe a elas, na ausência dos diretórios definitivos, promover as convenções para a escolha de candidatos. Entretanto, como usualmente ocorre em muitos municípios e até em estados, os diretórios permanentes não existem, razão pela qual as comissões provisórias acabam assumindo o papel de promover convenções.

Isso por vezes acaba permitindo, na prática, que a escolha dos candidatos a cargos públicos seja feita por indicações de um grupo político que domina o partido em vez de votação entre os filiados locais.

A proposta livra de punição os partidos que não gastaram o mínimo de 5% do recebido de recursos públicos do Fundo Partidário com ações para incentivar a participação feminina na política. Mas só ficam

livres de punição se tiverem usado o dinheiro para financiar candidaturas femininas nas últimas eleições.

O projeto também permite o uso dos recursos a para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres até o exercício de 2020, como forma de compensação, desde que o dinheiro tenha ficado guardado numa conta específica.

A proposta desobriga os partidos de devolverem aos cofres federais doações que receberam de servidores com função ou comissionados, desde que sejam filiados aos partidos. Também dispensa a prestação de contas das siglas que não fizeram movimentação financeira e evita que 35 mil comitês fechados pelo TSE tenham que pagar multa para serem reabertos sem sofrer punição da Justiça Eleitoral e da Receita Federal.

## Termina acordo com Ucrânia sobre Base de Alcântara

O Plenário aprovou ontem o texto original da medida provisória que extingue acordo firmado entre Brasil e Ucrânia em 2003 para exploração da Base de Alcântara (MA). O texto — relatado pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ), que rejeitou as emendas apresentadas à MP 858/2018 — será encaminhado à promulgação.

Durante a discussão, o presidente da comissão mista que avaliou a MP, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), esclareceu que a medida trata exclusivamente da extinção da Alcântara Cyclone Space (ACS), e não do acordo recente com os Estados Unidos para exploração da Base de Alcântara, a ser votado no Congresso.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) ressaltou que o objetivo da MP é muito restrito, ao focalizar o encerramento das atividades criadas para que o Brasil fosse parceiro da Ucrânia. Ex-ministro da

Defesa, o senador Jacques Wagner (PT-BA) disse que a MP visa exatamente tratar do espólio das consequências do encerramento da empresa.

Segundo Eliziane Gama (Cidadania-MA), o Brasil investiu R\$ 483 milhões na capitalização da ACS “para que nenhum foguete fosse lançado como contrapartida do investimento”. Já Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou que a MP formaliza uma decisão ocorrida em 2015, por meio de decreto brasileiro que apontou a inviabilidade comercial do acordo.

## Continuidade

A aprovação da MP também foi saudada pelos senadores Wellington Fagundes (PR-MT) e Major Olimpio (PSL-SP).

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, defendeu a aprovação da medida, por entender que favorece o

Brasil e a continuidade dos trabalhos desenvolvidos em Alcântara.

A MP determina que a União suceda a empresa binacional ACS em seus bens, direitos e obrigações contraídos, situados em território brasileiro, bem como nas ações em tramitação no Poder Judiciário.

Também põe fim ao mandato dos conselheiros, devolve a área ocupada pelo empreendimento, localizado no centro de lançamentos de foguetes de Alcântara, ao Comando da Aeronáutica e define o inventário para apurar gestão de passivos e ativos da empresa, como forma de favorecer um acerto de contas transparente com a Ucrânia.

Ao justificar a extinção da ACS, o governo brasileiro alega a ocorrência de “desequilíbrio na equação tecnológico-comercial” que justificou a constituição da parceria com a Ucrânia, a partir de 2003.

## Avançam propostas sobre meio ambiente e ações do defensor público-geral federal

Passaram pela quarta sessão de discussão ontem as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 13/2015, que insere no rol de direitos fundamentais o “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, e 31/2017, que confere legitimidade ao defensor público-geral federal para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitu-

cionalidade ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC 13/2015, de Roberto Rocha (PSDB-MA), reconhece como essencial o equilíbrio do meio ambiente.

Já a PEC 31/2017, do ex-senador Antonio Carlos Valadares, estende à Defensoria Pública da União direito que já é garantido à Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef).

## Plenário acata urgência para proposta de criação da Frente da Juventude

A criação da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude será votada no Plenário na próxima sessão deliberativa, prevista para terça-feira. Os senadores aprovaram ontem urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 30/2019, de Irajá (PSD-TO), que cria a

nova frente, cujo objetivo é trabalhar pela efetivação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 2013).

De acordo com dados do último censo demográfico do IBGE, a população de 15 a 29 anos de idade, reconhecida por lei como juventude, representa cerca de 51 milhões de brasileiros.

# Ministro: saneamento precisa do setor privado

Segundo Gustavo Canuto, do Desenvolvimento Regional, o setor público não tem como arcar com todo o investimento necessário para universalizar o saneamento básico no país

TRAZER A INICIATIVA privada para investir em saneamento básico foi o principal ponto apontado ontem pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, em audiência pública sobre a medida provisória que atualiza o marco legal de saneamento básico. A audiência foi promovida pela comissão mista que avalia a MP 868/2018, editada no final do governo Temer.

Canuto mostrou que a previsão de investimento do Plano Nacional de Saneamento Básico de 2019 a 2023 é de R\$ 112,3 bilhões, dos quais R\$ 44 bilhões virão de agentes federais. A longo prazo, a estimativa é de R\$ 597,8 bilhões até 2033.

De acordo com o ministro, há R\$ 4 bilhões hoje disponíveis para saneamento. Para cumprir a meta de curto prazo, seria necessário mais do que o dobro dessa quantia por ano.

— Para atingir R\$ 44 bilhões de 2019 a 2023, precisamos investir quase R\$ 9 bilhões por ano. O investimento não pode vir somente de agentes públicos. Precisamos da iniciativa privada.

Canuto destacou a necessidade de garantir que os



Nelsinho Trad, Tasso Jereissati, Evair Vieira de Melo, Gustavo Canuto e Joice Hasselmann discutem marco legal

pequenos municípios não atrativos economicamente às empresas privadas sejam atendidos com água potável e esgoto nos mesmos contratos dos que são atrativos (subsídio cruzado). Ele disse que o modelo proposto pela MP não garante isso ainda.

— Não há um modelo de gestão regionalizada e integrada, ou seja, a lei precisa colocar os municípios mais atrativos economicamente com aqueles menos atrativos, possibilitando o atendimento

universal — disse ele.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Regional mostram que 160 milhões de brasileiros têm abastecimento de água, mas há concentração no Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O Norte tem 70% de abastecimento, contra 98,4% do Sul.

— Em esgotamento sanitário é muito pior: a Região Norte tem apenas 13% desse serviço nas áreas urbanas e menos de 10% na área rural.

Canuto destacou como avanço da MP a prerrogativa

da Agência Nacional de Águas (ANA) para instituir normas e modelos e para decretar situação de escassez hídrica, fiscalização do cumprimento das regras e mediação arbitral no caso de conflito entre os entes federados. Ele destacou também os planos simplificados de saneamento para municípios abaixo de 20 mil habitantes e apoiou a obrigatoriedade de pagamento da tarifa da rede de esgoto quando disponível, mesmo que não seja usada.

Apesar dos avanços, a Secre-

taria de Saneamento, vinculada ao ministério, entendeu que a MP desconstrói “abruptamente o modelo atual de serviços”, ocasionando “sérios prejuízos às companhias estaduais”. O ministro também apontou o problema dos municípios de menor porte com piores IDHs. Segundo o ministro, o texto não soluciona os principais entraves à universalização dos serviços de saneamento.

## Eficiência

Palamentares manifestaram preocupação com a privatização do sistema e a garantia do subsídio cruzado. Mas a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), ressaltou que a entrada das empresas privadas pode trazer eficiência e maior alcance dos serviços. Ela comparou o saneamento com o mercado de telefonia, que se abriu para a iniciativa privada e conseguiu popularizar o serviço.

A comissão é presidida pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) e tem como vice o senador Nelsinho Trad ((PSD-MS). O relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

## Relator promete consenso sobre Entorno do DF

A comissão mista da medida provisória que permite a criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal deve votar um texto de consenso na próxima semana. Esse foi o compromisso firmado nesta pelo relator, deputado José Nelto (Pode-GO), ontem, em audiência com o governador do DF, Ibaneis Rocha. A MP 862/2018 modifica o Estatuto da Metrôpole e cria a nova região, que abrange municípios de Goiás e Minas Gerais.

Nelto ouviu críticas ao relatório e prometeu buscar um acordo em torno do texto, a ser analisado na próxima terça-feira. Para isso, disse contar com o apoio do governador de Goiás, Ronaldo Caiado — que articula um encontro com o presidente da República, Jair Bolsonaro —, com Ibaneis, com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e com parlamentares dos estados envolvidos.

Ontem, Ibaneis criticou a proposta do relator para a criação de um fundo constitucional do DF. O fundo contaria com recursos da União, que ficaria responsável por 20% do valor, visando a implantação e efetivação da região metropolitana. O governador do DF manifestou apoio ao texto editado pelo governo, posicionando-se contra as alterações inseridas

por José Nelto. Para Ibaneis, o fundo proposto pelo relator inviabiliza a aprovação da MP, por conter vícios de inconstitucionalidade, já que não há previsão de fontes financeiras para esses gastos por parte da União. Além disso, segundo o governador, isso pode prejudicar o orçamento do Distrito Federal, que já depende de repasses federais.

Ibaneis concordou com a tentativa de se atrair o governo federal para um consenso. Ele afirmou que “fará de tudo” para que a MP — que a seu ver beneficiará DF, Goiás e Minas Gerais — seja aprovada. O governador disse que outras fontes de recursos podem ser buscadas, como financiamentos internacionais e parcerias público-privadas em setores como transporte, saúde, presídios, coleta e queima de lixo e captação de águas. Para ele,

a aprovação da MP da forma como editada já permite o acesso a essas novas fontes de financiamentos.

Com o apoio dos senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Leila Barros (PSB-DF) e demais representantes do Distrito Federal, Ibaneis pediu a votação urgente da MP, observando que há possibilidade de caducidade da medida. A comissão mista só tem até o dia 23 de abril para enviar o texto à Câmara. Nelto comprometeu-se com o presidente da comissão, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a apresentar o novo texto até terça-feira.

— Tenho uma grande expectativa de que chegaremos a um texto de consenso. Precisamos de uma solução orçamentária, porque sem ter esse ponto clarificado não adianta criarmos a região metropolitana — disse Nelto.



José Nelto, Rodrigo Pacheco, Ibaneis Rocha e Paco Britto debatem MP

## Comissão avalia projeto que incentiva a adoção de redes elétricas inteligentes

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) pode analisar hoje, às 9h, o projeto que incentiva a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autor do PLS 356/2017, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) argumenta que a perspectiva de modernização do setor de energia elétrica, a partir das redes elétricas inteligentes, terá papel de destaque na eficiência energética, principalmente sob a ótica da

demanda ou do consumidor, e no desenvolvimento de micro e minigeração distribuída.

O voto do relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), é pela aprovação.

Em sua avaliação, o projeto dá condições mais sustentáveis para a expansão das redes elétricas inteligentes e dessa nova tecnologia, o que poderá contribuir para que o Brasil tenha condições de implantar essa atualização tecnológica em larga escala e no curto prazo.

## Colegiado analisará uso de recursos do Fust para telecomunicações do Proantar

Está pronto para entrar em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que determina a aplicação dos recursos do Fundos de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

O PLS 433/2018 determina que os recursos serão utilizados no fornecimento de equipamentos de rede e terminais de acesso aos serviços de telecomunicações usados no programa.

A proposta inclui o Centro-Oeste entre as regiões a

serem beneficiadas com a aplicação de pelo menos 30% dos recursos do fundo em programas de telecomunicações. Hoje, a aplicação obrigatória mínima contempla apenas projetos executados pelas concessionárias de telefonia fixa nas áreas das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O relator é o senador Styvenson Valentim (Pode-RN), favorável à proposta e à emenda que destina recursos do Fust também para ampliação do acesso à banda larga.

# Plenário vai analisar recurso contra arquivamento da CPI dos Tribunais

Apesar de parecer da CCJ pela inconstitucionalidade do pedido, presidente do Senado decidiu submeter a decisão ao voto dos senadores

O PLENÁRIO ANALISARÁ a recomendação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de arquivar o pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Tribunais Superiores. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou ontem que, apesar de já ter esgotado o prazo de recurso para análise do arquivamento em Plenário, ele, por decisão política, levará a discussão ao voto dos senadores. Ainda não há data marcada para colocar o recurso em votação.

— Quando a CCJ se manifesta pela inconstitucionalidade de qualquer proposição, o destino da matéria é o arquivo, conforme reza o nosso Regimento. No entanto, a Presidência assumiu o compromisso político de submeter a matéria ao Plenário. Reafirmo que, regimentalmente, se exauriu o prazo para recurso. Portanto, poderíamos e deveríamos encaminhar a matéria para o arquivo. Mas esta Presidência considerará como se houvesse sido apresentado recurso contra a decisão da CCJ, de forma que a matéria será oportunamente pautada para deliberação do Plenário — afirmou Davi.



Roque de Sá/Agência Senado

Davi disse que ainda não há data marcada para levar o recurso à votação

A CCJ acatou, no dia 10, o relatório do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que recomendou que a Casa não leve adiante a criação da comissão, também conhecida nas redes sociais como “CPI da Toga” ou “Lava Toga”. Foram 19 votos favoráveis e 7 contrários, transformando o relatório em parecer da comissão.

## Apoios

A decisão do presidente do Senado de levar a questão ao Plenário foi elogiada pelo líder da Maioria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que agradeceu pelo fato de Davi ter “cumprido com a palavra empenhada”. O agradecimento foi reforçado pelo líder do PT,

senador Humberto Costa (PE), que disse ter certeza de que “a melhor decisão será tomada pelo Plenário”.

Jorge Kajuru (PSB-GO), que havia cobrado uma posição do presidente do Senado quanto à CPI, também o parabenizou pela decisão. E destacou a votação aberta em Plenário.

— No Plenário, o voto será aberto sobre a CPI, que o Brasil inteiro quer ver instalada.

Autor do requerimento de criação da CPI, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) questionou o arquivamento regimental, argumentando que o recurso ao Plenário já estaria valendo desde a decisão de Davi de consultar a CCJ quanto à constitucionalidade da CPI.

— O compromisso já estava dentro do que é previsto no Regimento — afirmou, apesar de apoiar a decisão do presidente do Senado.

Em resposta, Davi explicou que essa previsão do Regimento se aplicaria caso o autor do recurso fosse o próprio autor de requerimento da CPI.

## Fiscalização

O recurso à CCJ foi apresentado pelo próprio presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Em 26 de março, Davi decidiu arquivar o pedido de CPI com base em pareceres técnicos emitidos pela Consultoria Legislativa e pela Advocacia do Senado, segundo os quais uma parte dos fatos usados para justificar a investigação está fora dos limites da fiscalização do Senado. Logo em seguida, o próprio Davi recorreu da decisão e a remeteu para análise da CCJ, que deu parecer pelo seu desprovimento.

O requerimento de criação da CPI dos Tribunais Superiores obteve 29 assinaturas de apoio, ou seja, teve suporte de dois senadores a mais do que o número necessário para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito.

## Senadores pedem posicionamento da Casa sobre inquérito do STF

Senadores cobraram ontem uma postura da Casa diante da crise envolvendo o inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) contra críticos da Corte e o Ministério Público. Alguns deles deram apoio ao pedido de impeachment contra dois ministros do STF. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) deve apresentar hoje a denúncia, que mira o presidente da Corte, Dias Toffoli, e Alexandre de Moraes.

Toffoli instaurou um inquérito, do qual Moraes é o relator, para investigar injúrias e ameaças virtuais contra ministros do STF. Alessandro alega que os ministros extrapolaram suas competências e violaram o devido processo legal. Ele pediu que seja retomado o

requerimento de criação da CPI dos Tribunais Superiores, também de sua autoria, cujo arquivamento está pendente de recurso ao Plenário.

— Que tamanho terá o Senado? Vamos nos colocar à altura do desafio de garantir equilíbrio institucional à nação ou nos submeter a abusos?

Um ofício da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, determinou o arquivamento do inquérito do STF. No entanto, Moraes rejeitou a decisão e manteve o inquérito ativo, e Toffoli ainda prorrogou a investigação por mais 90 dias.

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), cabe ao Senado, a única instituição que pode tomar medidas contra o STF, “deter essa escalada” da crise.

Jorge Kajuru (PSB-GO) declarou que está sendo alvo do inquérito do STF. Segundo o senador, há uma ordem de bloqueio das suas redes sociais e um oficial de Justiça deverá tentar intimá-lo. Para Plínio Valério (PSDB-AM) e Alvaro Dias (PODE-PR), uma intervenção do Senado contra membros da Corte que tenham cometido excessos seria uma forma de restaurar a respeitabilidade do

STF diante da opinião pública.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) pediu que o Conselho de Comunicação do Senado se manifeste sobre possíveis violações à liberdade de expressão.

Líder do PT, Humberto Costa (PE) divergiu e considerou que o seria certo buscar um entendimento entre as instituições. Ele sugeriu a retomada da discussão do projeto contra abuso de autoridade (PLS 5/2017).

## Parlamentares pedirão impeachment de Toffoli e Moraes por abuso de poder

Alessandro Vieira anunciou que apresentará hoje a denúncia de crime de responsabilidade contra os ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Ele alega que os ministros incorreram em abuso de poder. O pedido será subscrito por outros senadores. Já estão confirmados os apoios de Randolfe Rodrigues, Lasier Martins (Pode-RS), Jorge Kajuru e Reguffe (sem partido-DF).

— O desrespeito desses dois ministros ao básico do direito brasileiro exige uma reação. Eles avançaram qualquer

linha razoável na democracia. Abusaram flagrantemente do poder que têm para constranger denunciantes e críticos — disse Alessandro.

O pedido de impeachment segue para a Mesa Diretora e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, deve decidir se ele será arquivado ou se terá prosseguimento. Caso seja aceito, será instalada uma comissão de 21 senadores para emitir parecer. A decisão final caberá ao Plenário. O quorum para o impeachment é de dois terços da Casa, ou 54 senadores.

## Reguffe sugere mudança na eleição de ministros do Supremo

Reguffe (sem partido-DF) criticou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes de expedir mandado de busca e apreensão na residência de pessoas que criticaram o Supremo nas redes sociais.

O senador reforçou o pedido de criação da CPI dos Tribunais Superiores e a análise dos pedidos de impeachment contra ministros do STF.

Ele ainda defendeu a PEC 52/2015, que altera a forma de escolha de ministro dos tribunais superiores. Reguffe é um dos autores da proposta que determina que os postulantes passem por concurso de provas e títulos e cumpram mandato de cinco anos.

## Lasier: Supremo só pode investigar crime cometido em sua sede

Lasier Martins (Pode-RS) pediu ontem que Davi Alcolumbre permita a criação da CPI dos Tribunais Superiores. Para justificar, o senador citou o processo do STF que determina a retirada de reportagens do site O Antagonista e da revista *Crusoe*. Ele alega que os ministros do Supremo não têm poder de abrir inquérito.

— Além disso, conforme o artigo 43 do Regimento Interno do Supremo, em se tratando de investigação criminal, o tribunal só possui atribuição para investigar infração cometida dentro de suas dependências.

## Kajuru entra com habeas corpus contra censura à imprensa

Jorge Kajuru (PSB-GO) disse que impetrou habeas corpus no Supremo Tribunal Federal para trancar o inquérito contra o site O Antagonista e a revista *Crusoe*.

— Espero que o Supremo entenda que o interesse público sempre deve estar um degrau acima dos direitos individuais.

O senador quer garantir a liberdade de expressão para publicar notícia com denúncia contra o presidente do STF, Dias Toffoli. Para Kajuru, a decisão do ministro Alexandre de Moraes de tirar do ar a notícia contrária a Toffoli fragiliza a democracia e fere a liberdade de imprensa.



Roque de Sá/Agência Senado

Randolfe pede que Senado tome medidas contra 2 ministros do Supremo



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Stieferson Faria/Agência Petrobras



Senadores querem incluir no projeto o percentual de destinação de recursos do leilão a estados e municípios

## Recursos de leilão do pré-sal ainda têm destino incerto

Texto que pode autorizar o repasse de parte dos recursos do bônus de assinatura para estados e municípios está na CCJ. Governo já anunciou a intenção de destinar 70% do que for arrecadado

O GOVERNO TEM anunciado que pretende realizar em outubro um megaleilão para vender o direito de exploração do petróleo da camada pré-sal na Bacia de Campos (RJ). Já há estimativas de que o leilão pode render cerca de R\$ 100 bilhões de bônus de assinatura para o governo, que receberia o montante até o fim do ano. A repartição dos recursos com estados e municípios é defendida pelos senadores. No ano passado os parlamentares tentaram, em vão, por meio do PLC 78/2018, aprovar regras para a divisão. O objetivo principal do projeto é alterar a legislação a fim de permitir à Petrobras repassar parte de seus direitos de exploração do pré-sal à iniciativa privada.

Até o fim de 2018, o projeto aguardava análise em regime de urgência no Plenário, mas não houve acordo para votação porque não se encontrou um mecanismo que assegurasse a estados e municípios o compartilhamento de parte do valor arrecadado.

A proposta não tem, por exemplo, o percentual de rateio com estados e municípios. Mas os senadores já apresentaram emendas sugerindo como repartir os recursos. Há proposta, por exemplo, de destinar 20% a estados e municípios. Em ou-

tra, o percentual chega a 75%.

Com a mudança de legislatura, a proposta voltou este ano para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o relator é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Entretanto, nesta semana o governo fechou acordo com a Petrobras relativo ao contrato da cessão onerosa sobre o petróleo excedente do pré-sal, o que fará o governo devolver à estatal cerca de R\$ 35 bilhões. O dinheiro será pago quando o governo receber os estimados R\$ 100 bilhões do megaleilão.

### Contrato

A cessão onerosa (Lei 12.276, de 2010) é um contrato em que o governo cedeu uma parte da área do pré-sal para a Petrobras, e a estatal obteve o direito de explorar até 5 bilhões de barris de petróleo por contratação direta por 40 anos. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo. No entanto, descobriu-se posteriormente um volume maior do combustível fóssil na região, o que fez a Petrobras pedir ajuste no contrato por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo.

A revisão do contrato e o ressarcimento à Petrobras constam do projeto, mas agora esses

dispositivos perdem significado, pois o governo decidiu agir sem esperar a aprovação final do texto e fez a negociação com base na atual legislação. Mas a forma de repartição do bônus do megaleilão ainda não está definida e poderá ser feita pelo Congresso: ou com a aprovação de emenda ao projeto ou por meio de uma nova proposição.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já garantiu, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o governo pretende destinar 70% dos recursos do pré-sal para estados e municípios com o objetivo de atender pleitos de governadores e prefeitos em dificuldades financeiras.

Segundo o consultor do Senado Luiz Bustamante, a legislação atual determina que o dinheiro do megaleilão é devido apenas à União, ou seja, é provável que o Parlamento aprove nova lei para definir como será feita a divisão. Mas, para Bustamante, o valor de R\$ 100 bilhões pode estar superestimado e o montante a ser dividido tende a ser menor, até porque o governo descontará os R\$ 35 bilhões que precisa devolver à Petrobras.

— A lei não diz nada se vai dividir com estados e municípios, para isso é preciso o Congresso aprovar nova lei.

## Randolfe pede cancelamento de leilão de petróleo em outubro

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou ontem que ele e seu partido entraram com ação popular na Justiça federal pedindo o cancelamento do megaleilão de petróleo previsto para outubro e a suspensão do acordo fechado entre União e Petrobras sobre a cessão onerosa para exploração do pré-sal na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

Para Randolfe, qualquer processo licitatório referente ao petróleo excedente da

cessão onerosa tem de passar pelo crivo do Congresso. O acordo fechado entre governo e Petrobras por meio de aditivo ao contrato da cessão onerosa prevê que a União devolverá cerca de R\$ 35 bilhões à estatal.

— O governo está tentando passar a mão em R\$ 100 bilhões que têm de ser divididos, igualmente, entre estados, municípios e União, ou com percentual maior para estados e municípios — afirmou.

## Colegiado pode votar direito ao serviço militar para mulheres

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne hoje, às 10h, e pode votar o projeto que garante às mulheres o direito de prestação voluntária do serviço militar (PLS 213/2015). Pelo texto, as mulheres podem optar por prestar o serviço militar aos 18 anos, de acordo com suas aptidões, ficando sujeitas

aos encargos de interesse de mobilização, e levando-se em conta critérios de conveniência e oportunidade. As candidatas devem manifestar esse desejo quando completarem 18 anos, como ocorre com os homens.

O projeto tem parecer favorável e poderá seguir diretamente para a Câmara caso seja aprovado.

## Ministro da Cidadania será ouvido sobre auxílio a Brumadinho

O relatório da comissão mista sobre a medida provisória que institui auxílio emergencial pecuniário para famílias de Brumadinho (MG) será apresentado em 15 de maio, segundo o plano de trabalho aprovado ontem. A MP 875/2019 prevê a ajuda às vítimas de rompimento de barragem que sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada ou da Renda Mensal Vitalícia.

Antes, em 7 de maio, a comissão fará uma audiência com o ministro da Cidadania, Osmar Terra, o prefeito de Brumadinho, Nenen da Asa, representantes das famílias vítimas da tragédia e da área de assistência social.

O auxílio consiste no pa-

gamento de R\$ 600, em parcela única, a cerca de 2.280 famílias, totalizando R\$ 1,3 milhão. Os recursos virão do Ministério da Cidadania e, futuramente, devem ser ressarcidos pelos que forem identificados como responsáveis pelo desastre, ocorrido em 25 de janeiro.

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), estuda incluir no texto que a multa por infração ambiental deverá ser revertida obrigatoriamente à região afetada.

A deputada Áurea Carolina (Psol-MG) sugeriu que a MP também preveja ajuda para a diversificação da economia local dos municípios atingidos por catástrofes, para que deixem de depender da mineração.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:**  
 Marcos do Val, Weverton,  
 Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### Secretaria de Comunicação Social

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editores-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Funcionários da Infraero podem ser realocados

Relatório aprovado ontem pela comissão mista da MP que substitui a Infraero pela NAV Brasil traz emenda que permite o aproveitamento do quadro pela administração federal

EM CASO DE extinção ou privatização da Infraero, funcionários celetistas da empresa poderão ser reaproveitados em outros órgãos da administração pública federal, sob o mesmo regime jurídico. A autorização está no projeto de lei de conversão originado da medida provisória que criou a Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil).

Ontem a comissão mista do Congresso que analisa a MP aprovou o relatório do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) com a garantia para mais de 6 mil funcionários da Infraero que não seriam aproveitados pela nova empresa. O texto, fruto de acordo entre governo e oposição, ainda precisa passar pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O reaproveitamento de funcionários da Infraero era um dos pontos controversos da MP 866/2018. A redação inicial previa que a estatal deverá receber imediatamente em seus quadros cerca de 2 mil funcionários que trabalham especificamente com navegação aérea, mas deixava desamparados outros 6 mil que atuam em outras áreas. A emenda que permite a transferência desses empregados para outros órgãos caso a Infraero se torne incapaz de gerar receita suficiente para

custear as suas despesas ou seja extinta foi apresentada pelo deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) e apoiada por outros parlamentares.

— A solicitação do deputado Paulo Ramos vai ao encontro do que deseja o governo. Estamos tratando nesta MP da criação da NAV Brasil, mas há uma preocupação óbvia com o que acontece com o quadro da Infraero. Não há uma confirmação do governo do que será feito com a Infraero — disse Flávio Bolsonaro ao destacar que o Exército já teria demonstrado interesse em contratar cerca de 200

funcionários da Infraero.

A MP autoriza o Executivo a criar a NAV Brasil, em decorrência da cisão parcial da Infraero. A estatal será criada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. O objetivo da empresa é implementar, administrar, operar e explorar a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea.

A NAV Brasil ficará vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica. O texto inicial previa

que a sede ficasse no Rio de Janeiro, mas o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) sugeriu que a escolha do local seja determinada posteriormente pela própria empresa.

Apesar de acatar a retirada da menção à sede, o relator, Flávio Bolsonaro, argumentou que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica e outros órgãos de controle de tráfego aéreo funcionam na capital fluminense, o que justificaria a escolha do local.

— Por economia de recursos públicos já se justificaria a escolha do Rio de Janeiro.

Em vez de determinarmos o Rio de Janeiro, fica a critério do comando aeronáutico a escolha do melhor local para a sede — disse o relator.

## Soberania

Flávio Bolsonaro acatou ainda outras duas emendas parcialmente. Uma delas sugere alterar a redação para expressar claramente que a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, tarefa de responsabilidade do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa.

O senador também alterou trecho que trata do reajuste anual das tarifas de navegação, que, conforme o texto aprovado, será feito até o limite do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

— O reajuste pode ser menor que o IPCA, com critério de transparência — apontou o relator.

Também foram feitas outras emendas de redação para atualização dos nomes dos cargos dos ministros de Estado.

O governo alega que a criação da NAV a partir da cisão da Infraero permite a esta empresa se reorganizar e mitigar o risco de ela demandar recursos do Tesouro Nacional.



Para o relator, Flávio Bolsonaro (2º à esq.), o governo está preocupado com o destino dos quadros da Infraero

## Colegiado aprova MP que transfere junta para DF

A medida provisória que transfere a Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) para o controle do Distrito Federal foi aprovada ontem na comissão mista. A MP 861/2018 segue para votação no Plenário da Câmara.

A JCDF é o órgão responsável pelo registro de atividades comerciais e empresas no Distrito Federal. Ela é vinculada ao Ministério da Economia, tornando o DF o único ente da Federação a não controlar a sua própria junta comercial.

O relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), foi favorável

à MP, na forma de um substitutivo (texto alternativo), acatando partes de quatro emendas apresentadas à comissão.

De acordo com o texto encaminhado para a Câmara, a transferência ocorrerá, de forma automática, no dia 31 de dezembro, ou antes disso, caso o Executivo edite um ato com essa finalidade.

Os servidores públicos federais que integram o quadro da junta comercial poderão ser cedidos ao DF, sem custos para o governo local, até 31 de dezembro de 2019. A partir daí, o governo

distrital terá que assumir a folha de pagamento. A medida provisória confere aos servidores a manutenção de todas as vantagens a que tinham direito na JCDF ou no seu órgão de origem.

Já os ocupantes de funções comissionadas serão exonerados até a data da transferência e os cargos serão transferidos de volta para o Ministério da Economia.

A medida altera também diversos pontos da Lei 8.934, de 1994, que trata do registro público de empresas mercantis, para atualizar os trechos que fazem menção à JCDF.

## Subcomissão sobre mobilidade urbana discutirá acessibilidade

A Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana definiu ontem o plano de trabalho. O presidente do colegiado, Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou que a prioridade da subcomissão será discutir a questão da acessibilidade.

— A situação das cidades brasileiras é preocupante. O problema mais visível é o do acesso dos cadeirantes aos ônibus urbanos. Um levantamento de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que apenas 197 dos 1.679 municípios analisados tinham toda a frota adaptada às normas de acessibilidade — explicou.

Criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a subcomissão tem o objetivo de acompanhar a implantação nos municípios da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012) e debater sobre mobilidade urbana e acessibilidade.

O plano de trabalho aprovado prevê que sejam discutidos outros temas como a questão dos transportes alternativos e

da diminuição das longas viagens enfrentadas pelos cidadãos nos transportes públicos, que diminuem a qualidade de vida. Serão promovidas ao menos dez audiências públicas, contando com a presença de especialistas e entidades ligadas ao setor, além de visitas técnicas. Na próxima reunião da comissão será votado um requerimento que trata deste ciclo de reuniões.

## Relatórios

Após os primeiros meses de trabalho deverá ser apresentado aos integrantes da CDH um relatório preliminar reportando as primeiras atividades. O relatório final deverá ser apreciado e votado até dezembro de 2019.

— O nosso intuito aqui é exatamente isso: trazer o debate, achar soluções e levar elas para o Executivo. Tenho certeza que com o apoio dos convidados e dos senadores nós vamos conseguir construir um projeto ou idéias para que a gente possa melhorar a mobilidade urbana e acessibilidade do nosso país — disse Gurgacz.

## Adiada MP sobre capital estrangeiro em aéreas

A comissão mista da medida provisória que eleva o percentual de capital estrangeiro nas companhias aéreas adiou novamente a votação do parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Inicialmente prevista para semana passada, a votação da MP 863/2018 foi adiada para ontem e acabou ficando para terça-feira.

O relator, que é favorável

à abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, rejeitou todas as 21 emendas apresentadas ao texto.

No mês passado, o Plenário da Câmara aprovou projeto semelhante. O PL 2.724/2015 permite que o capital social das companhias aéreas com sede no Brasil seja totalmente estrangeiro.

Austrália, Nova Zelândia e União Europeia já admitem

100% de capital externo para empresas que atuem somente dentro de seu território.

A proposta aguarda votação no Senado e foi renomeada como PL 1.829/2019.

O limite atual de 20% de capital estrangeiro para as companhias aéreas é determinado pelo Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA, Lei 7.565, de 1986).

Da Agência Câmara

# Prazo maior para cadastro rural é defendido em debate

Em audiência sobre a MP que prorroga até 31 de dezembro limite para o produtor aderir ao Programa de Regularização Ambiental, especialistas cobraram ajuda do governo para pequenos agricultores

A PRORROGAÇÃO ATÉ 31 de dezembro do prazo para produtores rurais aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) recebeu apoio dos especialistas que participaram ontem de audiência na comissão mista que analisa a MP 867/2018.

O coordenador-geral de Gestão da Biodiversidade, Florestas e Recuperação Ambiental do Ibama, Rodrigo Dutra da Silva, pediu atenção às emendas apresentadas à medida provisória. Para ele, os termos usados podem gerar interpretações errôneas e os conceitos adotados não devem ir contra a definição da lei.

O PRA é direcionado a imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e oferece a oportunidade de solução de passivos ambientais, recuperando a vegetação de acordo com o que prevê a legislação.

Os debatedores, porém, temem as consequências da baixa adesão ao cadastro por parte dos pequenos produtores, especialmente do Nordeste. O diretor-geral do

Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Valdir Colatto, foi um dos que chamaram a atenção para as dificuldades que afastam os produtores do cadastramento e, conseqüentemente, do crédito rural.

— Segundo o Banco do Nordeste, por falta de cadastro ambiental, mais da metade dos produtores não teve acesso ao crédito neste ano.

O consultor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Rodrigo Justus de Brito afirmou que, apesar do interesse dos produtores, nem 1% dos cadastros no país foi analisado. O instrumento, disse, deve ter caráter permanente.

— As prorrogações na inscrição decorrem de uma falha no processo legislativo, no qual se mistura o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental com o prazo de cadastramento.

Consultor ambiental da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Leonardo Papp disse que o Código Florestal representou um grande

acordo pela segurança jurídica e resultou no sucesso do CAR, mas esbarra na falta de apoio do poder público aos pequenos produtores. Papp manifestou apoio à aprovação da MP como forma de "reafirmar o espírito do Código", mas disse temer novos fatores de insegurança jurídica capazes de atrasar a aplicação do Código.

O diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Celso Luiz Moretti, ressaltou o papel dos produtores como agentes de preservação: segundo estatísticas que apresentou, 30,2% do território brasileiro é de terras protegidas, enquanto que a média dos outros países de maior extensão territorial não passa de 10%.

— O Brasil tem uma contribuição muito significativa em terras protegidas — avaliou, chamando atenção para a "tranquilidade" do país diante das críticas de outros países.

A comissão é presidida pela senadora Juíza Selma (PSL-MT) e tem como relator o deputado Sergio Souza (MDB-PR).

## Especialistas divergem sobre automação de revisão de dados

O direito à revisão executada por pessoas, e não por máquinas de dados, foi debatido ontem na comissão mista que analisa a medida provisória que criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A MP 869/2019 retirou a obrigatoriedade de um ser humano revisar dados tratados de forma automatizada. Assim alguém com crédito bancário negado por cruzamento de dados feitos por computador pode ter a revisão dessa decisão analisada também por uma máquina.

O representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Diogo Moyses, destacou que o tratamento de dados não pode se sobrepor aos direitos dos consumidores.

— De um lado, a automação pode gerar eficiência econômica, mas as consequências podem ser desastrosas para o consumidor. Os algoritmos não sabem pensar em uma situação fora da caixinha — argumentou.

Para o deputado Celso Rusomanno (PRB-SP), a análise automatizada pode ocasionar erros que inviabilizem, por exemplo, um usuário de ter plano de saúde.

— Como consertar dados, se a gente não tem alguém que manualmente vá fazer esse trabalho? — indagou.

Já o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascom), Sergio Gallindo, disse que a revisão por pessoa física não agrega nada ao processo.

— Essa revisão acrescenta custo à operação e não ga-

rante que a decisão tomada seja a melhor — comentou.

De acordo com ele, a análise feita por robôs, que juntam e comparam dados, já é superior a de seres humanos em casos como radiologia.

### Transparência

A professora de direito da PUC-SP Juliana Abrusio afirmou que a revisão humana não é uma garantia por si, mas precisa estar amparada por um modelo em que os algoritmos de processamento de dados sejam criados para garantir transparência.

Conforme a representante, do Banco Central, Paula Ester Leitão a exigência da revisão por pessoa é desnecessária, porque o Código de Defesa do Consumidor estabelece vários direitos, inclusive o de revisão.

O relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), informou que buscará trazer para a MP as definições da ANPD previstas no projeto que deu origem à Lei Geral de Proteção de Dados e foram vetadas pelo ex-presidente Michel Temer.

O texto vetado garantia à ANPD autonomia administrativa e financeira. A medida provisória atual dá apenas autonomia técnica. O secretário nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Luciano Timm, disse que há consenso de que a autoridade ficou "fraca" como definida pela MP. Ele sugeriu uma estrutura como a do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com mais recursos e efetividade.

Da Agência Câmara



Celso Moretti, Valdir Colatto, o relator, Sergio Souza, e Rodrigo Dutra da Silva ouvem Rodrigo Justus de Brito

## Heinze defende concessão de florestas gaúchas

Luis Carlos Heinze (PP-RS) elogiou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por visita a três unidades de conservação do Rio Grande do Sul. O objetivo da visita, segundo o senador, foi vistoriar as unidades para uma possível concessão das áreas para a iniciativa privada. Para Heinze, a concessão pode potencializar o turismo e os estudos científicos nas três unidades de conservação. O senador defendeu a exploração econômica, de forma sustentável, das florestas de Canela e São Francisco de Paula.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Confúcio Moura pede ações para reforma agrária

Para facilitar o processo de reforma agrária no país, Confúcio Moura (MDB-RO) cobrou do governo federal a descentralização, para estados e municípios, de ações para aquisição de terras para o crédito fundiário.

— Não tem ninguém melhor do que o prefeito ou o governador para poder dizer quais as famílias que realmente precisam de terra, quais são as áreas, as fazendas disponibilizadas no mercado, áreas de fácil acesso, áreas que já tenham escola, áreas próximas da cidade, do centro urbano.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Subcomissão vai debater regularização fundiária

Será instalada hoje a Subcomissão Temporária sobre Regularização Fundiária. Criada no âmbito da Comissão de Agricultura (CRA), por iniciativa do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), a subcomissão vai debater e avaliar as ações que estão sendo implementadas

para agilizar o processo de regularização fundiária das áreas rurais no Brasil, em especial da Amazônia Legal.

Composta por sete membros titulares e sete suplentes, a subcomissão irá acompanhar a implantação das medidas previstas na Lei da Regulari-

zação Fundiária (Lei 13.465, de 2017), que teve origem na MP 759/2016.

Além da regularização fundiária rural e urbana, a lei trata da liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, entre outros temas.

## Projeto cria Simples Trabalhista para microempresa

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que cria o Simples Trabalhista, destinado a simplificar as relações de trabalho nas micros e pequenas empresas. Entre as modificações propostas pelo PL 2234/2019, do senador Jorginho Mello (PR-SC), estão a ampliação de prazos para entrega de documentos, a unificação do recolhimento dos tributos do Simples Nacio-

nal, da Previdência e do FGTS, e o estabelecimento de multas trabalhistas proporcionais ao faturamento da empresa.

O projeto permite que os pequenos e microempresários tenham direito a pagar o valor do vale-transporte em dinheiro. O objetivo, segundo Jorginho, é eliminar intermediação na concessão do benefício. Em sua justificativa, o senador afirma que o projeto

não intenciona reduzir direitos trabalhistas, mas remover obstáculos burocráticos na gestão das empresas de menor porte. Ele acredita que as medidas estimularão a contratação de trabalhadores, lembrando que metade dos empregos formais no país são promovidos pelos pequenos negócios.

Da CAS, o texto segue para a decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).